



XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 1 – Biblioteca e Sociedade

As bibliotecas do IFRJ e sua contribuição para o ODS 16: acesso à informação, fortalecimento institucional e cultura de paz

IFRJ libraries and their contribution to SDG 16: access to information, institutional strengthening and culture of peace

Thais da Silva Alves – Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – alves.thais@ifrj.edu.br

Marcia da Silva – Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – marcia.silva@ifrj.edu.br

Carolina Carvalho Rodrigues – Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) / Universidade Federal Fluminense (UFF) – carolinacr.estudos@gmail.com

Resumo: Objetiva analisar o regime de informação das bibliotecas do Instituto Federal do Rio de Janeiro à luz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030. Pesquisa exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental com observação direta. Identifica como dispositivos de informação o estatuto, o regimento geral e o regulamento institucional das bibliotecas. Os dois primeiros expressam visão reducionista das bibliotecas e o último apresenta concepção alinhada às bibliotecas educativas públicas. Destaca ações de informação realizadas pelas bibliotecas. Conclui que as bibliotecas têm assumido um papel ativo na consolidação de políticas institucionais, na democratização da informação e no incentivo à participação cidadã.

Palavras-chave: Biblioteca (Instituto Federal do Rio de Janeiro). Biblioteca educativa pública. Agenda 2030.

Abstract: It aims to analyze the information regime of the libraries of the Federal Institute of Rio de Janeiro considering Sustainable Development Goal 16 of the 2030 Agenda. It's an exploratory, qualitative, bibliographical and documentary research with direct observation. It identifies the estatuto, the regimento geral and the regulamento institucional das bibliotecas as information devices. The first two express a reductionist view of libraries and the last presents a conception aligned with public educational libraries. It highlights information actions carried out by libraries. It concludes that





libraries have assumed an active role in the consolidation of institutional policies, in the democratization of information and in encouraging citizen participation.

Keywords: Library (Federal Institute of Rio de Janeiro). Public educational library. Agenda 2030.

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com vistas à promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Entre esses, destaca-se o ODS 16, que propõe o acesso equitativo à justiça e o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

No âmbito dos Institutos Federais, as bibliotecas têm ampliado sua atuação para além das funções tradicionais de guarda e organização de acervos, consolidando-se como agentes de transformação social por meio da mediação do conhecimento, da valorização da diversidade e do fortalecimento das políticas institucionais.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o regime de informação das bibliotecas do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) à luz do ODS 16 da Agenda 2030, que trata da paz, da justiça e de instituições eficazes. Pretende-se, com isso, identificar as ações de informação e dispositivos de informação desse regime para refletir sobre as contribuições dessas bibliotecas na efetivação do ODS 16, com base na observação direta de práticas institucionais e com referencial das metas de acesso à informação, da promoção da cidadania, da inclusão informacional e do fortalecimento institucional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, de abordagem qualitativa, baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Andrade (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo demonstrar maiores informações sobre um determinado assunto. Para a autora, a pesquisa documental visa descrever, analisar e interpretar as informações contidas em documentos para responder às questões de pesquisa e a pesquisa bibliográfica “[...] é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na



delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões” (Andrade, 2010, p. 25).

Aqui, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para explorar os conceitos de desenvolvimento sustentável (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991; Barbieri, 2020), de biblioteca educativa pública (Brandão; Freire; Perucchi, 2023) e de formação integrada (Ciavatta, 2014).

Já em termos de teoria, que “[...] serve como orientação para restringir a amplitude dos fatos a serem estudados [...]” (Marconi; Lakatos, 2021), a pesquisa aproxima-se do regime de informação no âmbito da Ciência da Informação, que, segundo González de Gómez (2002, p. 34), é

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

No âmbito dessa teoria, destaca-se dois conceitos: ações de informação e dispositivos de informação. As ações de informação são “[...] àquelas que estipulam **qual é o caso em que a informação é o caso**” (González de Gómez, 1999b, p. 4, grifo do autor) e são divididas em três modalidades:

[...] uma **ação de informação de mediação** (quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação), uma **ação de informação formativa** (aquela que é orientada à informação não como meio mas como sua finalização); e uma **ação de informação relacional** (quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que – ainda quando de autonomia relativa – dela obtém a direção e fins) (González de Gómez, 2003, p. 36, grifo nosso).

Já os dispositivos de informação consistem em “[...] tudo aquilo que [...] condiciona uma ação de informação [...]” (González de Gómez, 1999b, p. 5). Nessa direção, a pesquisa documental foi utilizada para explorar os seguintes dispositivos das bibliotecas do IFRJ:

Quadro 1 – Dispositivos de informação das bibliotecas do IFRJ

DOCUMENTO	CONSULTA	CITAÇÃO
Estatuto	Título I – Da instituição.	Instituto Federal do Rio de Janeiro (2009).
Regimento geral	Título I – Do regimento e seus objetivos.	Instituto Federal do Rio de Janeiro (2011).

	Título II – Da administração do Instituto Federal; Capítulo III – Estrutura administrativa dos <i>campi</i> ; Seção VIII – Da Coordenação de Biblioteca (CoBib).	
Regulamento institucional das bibliotecas	Capítulo III – Missão, visão e objetivos das bibliotecas. Capítulo VII – Dos serviços.	Instituto Federal do Rio de Janeiro (2024a).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Descrição: O quadro apresenta três colunas e três linhas. A primeira coluna apresenta o documento, a segunda a parte consultada e a terceira a citação do documento.

Documento: Estatuto, Consulta: Título I – Da instituição, Citação: Instituto Federal do Rio de Janeiro (2009).

Documento: Regimento Geral, Consulta: Título I – Do regimento e seus objetivos; Título II – Da administração do Instituto Federal; Capítulo III – Estrutura administrativa dos *campi*; Seção VIII – Da Coordenação de Biblioteca (CoBib), Citação: Instituto Federal do Rio de Janeiro (2011).

Documento: Regulamento institucional das bibliotecas, Consulta: Capítulo III – Missão, visão e objetivos das bibliotecas; Capítulo VII – Dos serviços, Citação: Instituto Federal do Rio de Janeiro (2024a).

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030 NAS BIBLIOTECAS

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda é fruto de disputas. Segundo Barbieri (2020), o mais conhecido é o utilizado pela Organização das Nações Unidas, que foi cunhado no relatório *Nosso Futuro Comum* como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). Desta forma, entende-se que o desenvolvimento sustentável busca manter o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a inclusão social (Barbieri, 2020).

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um plano global de ação, proposto pela Organização das Nações Unidas (2015), que tem como finalidade tornar o mundo um lugar melhor a partir das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social. Deste modo, com o objetivo de erradicar a pobreza, proteger o planeta e fortalecer a paz mundial, a fim de garantir dignidade e prosperidade a todas as pessoas até 2030, a Agenda 2030 é constituída de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme Figura 1, e 169 metas (Organização das Nações Unidas, 2015).

Figura 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

Descrição: A figura mostra 17 quadrados coloridos representando e nomeando cada um dos objetivos do desenvolvimento sustentável:

Quadrado vermelho: ODS 1 Erradicação da pobreza. Quadrado marrom claro: ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável. Quadrado verde: ODS 3 Saúde e bem-estar. Quadrado vermelho escuro: ODS 4 Educação de qualidade. Quadrado laranja escuro: ODS 5 Igualdade de gênero. Quadrado azul claro: ODS 6 Água potável e saneamento. Quadrado amarelo: ODS 7 Energia limpa e acessível. Quadrado roxo: ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico. Quadrado laranja: ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura. Quadrado rosa: ODS 10 Redução das desigualdades. Quadrado laranja claro: ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis. Quadrado marrom: ODS 12 Consumo e produção responsáveis. Quadrado verde escuro: ODS 13 Ação contra a mudança global do clima. Quadrado azul: ODS 14 Vida na água. Quadrado verde claro: ODS 15 Vida terrestre. Quadrado azul escuro: ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes. Quadrado azul marinho: ODS 17 Parcerias e meios de implementação.

Neste contexto, diferentes atores se engajaram na causa sustentável da Agenda 2030 e passaram a promover ações que visassem os ODS, dentre elas instituições da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), por considerarem as bibliotecas como instituições fundamentais para o cumprimento dos ODS através da garantia do acesso à informação e ao conhecimento, fatores essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016).

Assim, as bibliotecas oferecem um contributo de suma importância para o cumprimento da Agenda e adquirem um *status* estratégico para o desenvolvimento sustentável ao ter evidenciado seu papel como instrumento fundamental para o alcance dos objetivos e metas propostos na Agenda 2030, percorrendo todos os 17 ODS.



4 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS E OS ODS

Os Institutos Federais de Educação (IF) constituem um modelo próprio da realidade brasileira de educação por atuarem no ensino básico, técnico e universitário e visarem a formação integrada dos educandos. Segundo Maria Ciavatta (2014, p. 190-191), a ideia de formação integrada remonta a “[...] formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional”, o que é dificultado por particularidades como o fato de a educação não ser “[...] universalizada em acesso e em qualidade para toda a população” no Brasil (Ciavatta, 2014, p. 197), problema que a política de expansão e interiorização dos IF visa dirimir (Daros, 2023).

Por extensão, as bibliotecas dessas instituições possuem características únicas em comparação a outras categorias estabelecidas como bibliotecas escolares e universitárias. Nessa direção, Jobson Brandão, Gustavo Freire e Valmira Perucchi (2023, p. 13) propõem que sejam entendidas como bibliotecas educativas públicas,

[...] unidades de informação, com finalidade prioritariamente educativa e de natureza pública, que atendem às necessidades informacionais tanto do público acadêmico, em todos os níveis de ensino, de necessidades e de competências, quanto ao público técnico-administrativo e a comunidade em geral, por meio de ações infoeducacionais¹.

Deste modo, identifica-se a ideia de universalidade no âmbito das bibliotecas educativas públicas – seja de conteúdo, seja do público a ser atendido – assim como os objetivos de desenvolvimento sustentável preconizam. No Brasil, país signatário da Agenda 2030, a responsabilidade de articulação da realização das metas dos ODS em âmbito nacional é da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), vinculada ao governo federal (Brasil, 2023).

É importante ressaltar que a atual composição da CNODS contempla representantes da sociedade civil ligados ao movimento bibliotecário, especialmente por meio do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030). Além disso, há representação do Ministério da Educação (MEC), órgão ao qual os

¹ Para Brandão, Freire e Perucchi (2023, p. 13-14), a infoeducação nesse âmbito reside na busca da “[...] compreensão do diálogo e da ação que são tecidos no elo de práticas entre ações informacionais que são desenvolvidas pelos bibliotecários por meio de projetos educativos e as ações pedagógicas que são realizadas por professores, pedagogos e outros profissionais da educação, em sala de aula e fora da sala de aula”. Ainda, as ações infoeducacionais das bibliotecas educativas públicas referem-se a dimensão profissional e a dimensão pedagógica.



Institutos Federais (IF) estão vinculados administrativamente (Brasil, 2023b; 2023c; 2024). Essa presença institucional reflete a relevância estratégica dos IF na construção de políticas públicas que dialogam com os ODS.

Nesse contexto, as bibliotecas dos IF têm o potencial de cumprir papel central não apenas como unidades de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação, mas também como instrumentos de promoção dos direitos humanos e da justiça social. Sua atuação deve ser orientada à construção de uma educação de qualidade (ODS 4) e contribuir para a redução das desigualdades (ODS 10) e para a igualdade de gênero (ODS 5) por meio do acesso democrático à informação, da valorização da diversidade e da inclusão de sujeitos historicamente marginalizados.

As bibliotecas, portanto, configuram-se como pilares institucionais no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil diante da Agenda 2030.

5 O REGIME DE INFORMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO IFRJ À LUZ DO ODS 16

Um dos dois institutos federais no estado do Rio de Janeiro, o IFRJ, conforme seu estatuto,

[...] é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica [...] (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 1).

Distribuída em 14 municípios fluminenses, nas mesorregiões Metropolitana, Sul Fluminense e Baixadas Litorâneas (Instituto Federal do Rio de Janeiro, [2021]; [2024b]), a instituição tem um público heterogêneo com diferentes origens sociais, níveis de escolarização e demandas informacionais. Não à toa, dentre os princípios norteadores da atuação institucional, consta o “[...] compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática” (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 2, art. 3).

No regimento geral do IFRJ, que “[...] disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e didático-pedagógicas [...]” (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 8, art. 1), as bibliotecas são mencionadas na figura da “Coordenação de Biblioteca”, setor que pode compor a



estrutura dos *campi* (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 37, art. 112). À CoBib compete sete atribuições, sendo elas:

- I – manter intercâmbio de informações com os diferentes setores pedagógicos do IFRJ, de modo a possibilitar a atualização do acervo bibliográfico, através de contato com as editoras, livrarias e bibliotecas;
- II – orientar a aquisição de livros, materiais e equipamentos que se fizerem necessários;
- III – guardar e conservar o acervo bibliográfico, efetuando registro, catalogação e classificação do mesmo, de acordo com as normas biblioteconômicas;
- IV – propor e supervisionar os procedimentos e normas de funcionamento e uso da biblioteca;
- V – divulgar, periodicamente, para a comunidade escolar, o acervo bibliográfico;
- VI – implementar ações que visem à detecção e à recuperação de livros extraviados ou danificados;
- VII – cadastrar a comunidade acadêmica usuária da biblioteca e orientá-los em pesquisas bibliográficas (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 41, art. 122).

Assim, entende-se que a concepção de biblioteca explícita nesse dispositivo de informação está restrita à guarda e promoção do acesso à coleção, diferentemente da postura infoeducacional proposta por Brandão, Freire e Perucchi (2023) para as bibliotecas educativas públicas e do direito à informação conforme Maria Nélida González de Gómez (1999a)². Pondera-se tanto que os documentos têm mais de dez anos, são anteriores às discussões teóricas sobre esse novo modelo de biblioteca, quanto a inexistência de uma lista dos atores sociais envolvidos na elaboração do estatuto e do regimento, o que impossibilita afirmar a participação de pessoas bibliotecárias na construção desses dispositivos.

Por outro lado, a segunda edição do regulamento institucional das bibliotecas do IFRJ dispõe que

- Art. 4º. A missão das bibliotecas do IFRJ é organizar, preservar e disseminar a informação, a fim de promover a produção do conhecimento para as atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da instituição.
- Art. 5º. A visão das bibliotecas do IFRJ é ser referência na democratização da informação voltada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como sistema de bibliotecas de excelência para a sociedade (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2024a, f. 6).

Com uma revisão recente e totalmente elaborado por pessoas bibliotecárias, esse dispositivo de informação apresenta uma concepção de biblioteca que integra o

² Segundo González de Gómez (1999a, p. 80), o direito à informação consiste no direito a informar, a informar-se e a ser informada(o). Entende-se aqui não ser possível exercer o direito a informar numa visão reducionista da biblioteca pautada apenas em seu acervo bibliográfico.



caráter educacional, científico e tecnológico ao cultural, assim como amplia a visão de comunidade para toda a sociedade, na direção da biblioteca educativa pública de Brandão, Freire e Perucchi (2023) e dos objetivos do desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas, 2015).

As ações de informação desenvolvidas pelas bibliotecas do IFRJ não ocorrem isoladamente, mas articuladas com os serviços previstos no regulamento institucional, dispositivo que ressalta a concepção social e educativa das bibliotecas. Essa articulação estratégica contribui para a construção de ambientes mais justos, transparentes e inclusivos, alinhando-se às metas estabelecidas no ODS 16 da Agenda 2030, conforme exposição nas subseções a seguir.

5.1 Acesso à informação e letramento informacional

Dois dos seis serviços previstos para as bibliotecas do IFRJ são os de acesso à informação e de educação e formação de competências para uso dos serviços e produtos das bibliotecas (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2024a, f. 12-13). Enquanto o primeiro serviço pode ser enquadrado como uma ação de informação de mediação, o segundo está no âmbito das ações formativas.

Uma das estratégias para realização dessas ações de informação tem sido o direcionamento à competência em informação, a partir de treinamentos sobre normalização acadêmica, uso ético da informação, estratégias de busca em bases de dados científicas e combate à desinformação. Essas iniciativas fomentam a autonomia informacional da comunidade, assim como fortalecem a integridade acadêmica e a cultura científica institucional (Campello; Cunha, 2019; Dudziak, 2003).

Assim, ao atuarem na formação para o letramento informacional, as bibliotecas reforçam seu papel como mediadoras entre o sujeito e a informação e promovem uma educação crítica para que as pessoas leitoras acessem, avaliem e utilizem informações de forma consciente. Essa atuação está em consonância com a perspectiva de biblioteca como espaço educativo, preconizada por autores como Belluzzo (2004) e Cerdá (2010), e reforça a função social das bibliotecas no contexto das instituições de ensino.



5.2 Promoção da cultura de paz e da cidadania

É previsto no regulamento institucional que “As bibliotecas poderão ofertar outros serviços conforme demanda e realidade de cada *campus*” (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2024a, f. 13). Assim, encontra-se espaço para as ações de informação relacionais expressas em projetos como o cine biblioteca e os clubes de leitura, que configuram as bibliotecas como espaços de convivência, de construção de valores democráticos, de ambientes de escuta ativa, diálogo e partilha de experiências.

Como atividades culturais mediadas pela leitura e pelo audiovisual, tais ações promovem a empatia, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças, contribuem para a formação cidadã, para o fortalecimento da cultura de paz no ambiente educacional e se alinham à dimensão sociocultural do ODS 16 (Freire, 1996; UNESCO, 2020).

Outra atuação das bibliotecas na promoção da cultura de paz e da cidadania têm sido no trabalho em conjunto com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) e Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de seus respectivos *campi*, de modo a oferecer ações voltadas para inclusão e formação integral dos indivíduos, não apenas à formação e desenvolvimento de coleções conforme previsto no regimento geral.

Esses projetos conjuntos ampliam a atuação das bibliotecas além da mediação da informação científica e possibilitam seu entendimento como espaço de resistência simbólica e de estímulo à participação social. A leitura, nesse contexto, é compreendida não apenas como ferramenta cognitiva, mas como experiência afetiva e relacional, capaz de transformar o olhar sobre o outro e sobre o mundo (Candido, 1995).

5.3 Fortalecimento institucional e participação nas políticas internas

Por último, o corpo de profissionais das bibliotecas do IFRJ também tem atuado nesse regime de informação como sujeitos na construção de políticas, como as de acesso aberto, gestão documental, avaliação institucional e o próprio regulamento institucional. Tal inserção propicia uma mudança na concepção identificada no regimento geral, a fim de que as bibliotecas se consolidem como unidades estratégicas para a governança da informação, para o desenvolvimento institucional e para a consecução do direito à informação da comunidade (Santos, 2016; IFLA, 2021).



Ao contribuírem com políticas internas, as bibliotecas colaboram com a promoção da transparência, da responsabilização e da eficiência na gestão pública, elementos fundamentais do ODS 16. Essa atuação demonstra a busca das bibliotecas em se alinhar com uma agenda institucional comprometida com a equidade, com a inclusão e com o acesso à informação como um direito fundamental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do regime de informação das bibliotecas do IFRJ demonstra que essas unidades têm procurado se consolidar como espaços de acesso equitativo à informação, formação cidadã e fortalecimento institucional, apesar da concepção reducionista identificada nas macropolíticas institucionais (estatuto e regimento geral). Essa atuação dialoga com os compromissos assumidos pelo Brasil diante da Agenda 2030, especialmente no tocante à promoção de sociedades pacíficas, inclusivas e democráticas e indica a necessidade de revisão dos documentos para que expressem a ideia das bibliotecas educativas públicas.

Ao integrar práticas de mediação da informação, democratização da informação e incentivo à participação cidadã, as bibliotecas assumem um papel ativo na consolidação de políticas institucionais que visam o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cultura de paz. Estima-se que outras pesquisas ampliem a análise desse regime de informação e enfoquem outros dispositivos, como a Política de Desenvolvimento de Acervo do Sistema de Bibliotecas do IFRJ.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável:** das origens à Agenda 2030. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020. (Coleção Educação Ambiental).

BRANDÃO, Jobson Louis Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Biblioteca educativa pública nos Institutos Federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, SC, v. 28, p. 1–18, 3 jan. 2023.



BRASIL. **Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)**. Brasília, DF: Governo Federal, 2023a.

BRASIL. **Representações da sociedade civil na CNODS**. Brasília, DF: Governo Federal, 2023b.

BRASIL. **MEC e os ODS**: articulações institucionais. Brasília, DF: Governo Federal, 2023c.

BRASIL. **Agenda 2030 no Brasil**: balanços e perspectivas. Brasília, DF: Governo Federal, 2024.

CAMPELLO, Bernadete; CUNHA, Murilo Bastos da. A formação do leitor universitário: desafios e estratégias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2019.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1995.

CERDÁ, Jaime. **Bibliotecas universitárias e produção de conhecimento**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1991.

DAROS, Marcos. Interiorização dos Institutos Federais e os desafios da educação profissional no Brasil. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 39, 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência em informação: fundamentos e a perspectiva de sua aplicação em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 32-40, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 67–93, abr. 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 7–31, 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 31–43, 2003.



GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Acesso e oportunidade para todos**: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Haia: IFLA, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Library Map of the World and Sustainable Development Goals**. Haia: IFLA, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto**. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 18 ago. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2025**. Rio de Janeiro, [2021].

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Regimento geral**. Rio de Janeiro, RJ: IFRJ, 10 ago. 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento institucional das bibliotecas**. Rio de Janeiro, RJ: 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2023**. Rio de Janeiro, [2024b].

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021. *E-book*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 13 out. 2015.

SANTOS, Vera Dodebei dos. A biblioteca como instância de governança informacional: perspectivas para a gestão democrática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 92-111, 2016.

UNESCO. **Culture of Peace**. Paris: UNESCO, 2020.